

O MOVIMENTO COOPERATIVISTA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVAS

Murilo Mendonça Oliveira Souza
Doutorando em Geografia - UFU
murilosouza@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender o processo de formação e desenvolvimento do movimento cooperativista, em especial, do cooperativismo agropecuário no Brasil. Busca-se analisar, ainda, a função do cooperativismo no processo de acumulação capitalista no campo e a conseqüente diferenciação dos produtores cooperados. Para isso, foram delimitados quatro cortes temporais, a saber: surgimento e consolidação do cooperativismo no Brasil (1889-1930), desenvolvimento e consolidação do cooperativismo agropecuário (1930-1964), cooperativismo agropecuário empresarial no Brasil (1970-1980) e abertura e integração cooperativista (1988 - atual). A partir dessa periodização e da realidade do cooperativismo agropecuário na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foram traçadas as reflexões e análises aqui apresentadas.

Palavras-chave: cooperativismo, organização social, produção familiar.

THE CO-OPERATIVE MOVEMENT IN BRAZIL: CONCERNINGS ON FORMATION, DEVELOPMENT AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

This paper intends to analyze the agricultural co-operative movement formation and development in Brazil. It is still important here to understand the task that agricultural cooperatives undertakes in the capitalist accumulation process and its consequences for family farmers social differentiation. It was delimited four temporal periods: co-operative movement formation and consolidation in Brazil (1889-1930), agricultural co-operative movement development and consolidation (1930-1964), enterprise agricultural co-operative movement in Brazil (1970-1980), co-operative movement opening and integration process (1988- present time). Using these temporal periods and the agricultural cooperatives reality in Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba region it was organized the analysis here presented.

Keywords: co-operative movement, social organization, family farming.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do movimento cooperativista no Brasil ocorreu seguindo as mesmas características do cooperativismo gerado na Inglaterra, ou seja, a de adequação ao modo de produção capitalista. Depois de experiências esparsas de cooperação realizadas desde o início da ocupação do país no século XVI, foi a partir de 1930 que o cooperativismo iniciou seu crescimento nos moldes apresentados atualmente. Contudo, assim como ocorreu em outros países, as cooperativas foram criadas, não por iniciativa e necessidade de seus beneficiários, mas sim de *cima para baixo*, para favorecer o desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Esta característica se reflete, especialmente, na presença do cooperativismo agropecuário. Este setor cooperativista se desenvolveu, inicialmente, em apoio à indústria, promovendo a produção de alimentos que sustentaria os trabalhadores urbanos. Posteriormente, o cooperativismo passa a ser a chave para a modernização agrícola brasileira, o que ocorre, de forma mais intensa, entre 1950 e 1980. Com a intervenção do Estado e a ação das cooperativas agropecuárias criou-se no Brasil a infra-estrutura necessária para a implementação de uma agropecuária tecnologicamente avançada. De forma gradativa este

Recebido em 09/08/2008

Aprovado para publicação em 15/04/2009

modelo foi sendo consolidado em todas as regiões do país criando uma estrutura cooperativista *híbrida* que, ao mesmo tempo, procura apoiar pequenos produtores e seguir as normas do modo capitalista de produção.

Nas últimas décadas, no entanto, um novo paradigma, em contraposição ao cooperativismo tradicional, vem sendo estabelecido. Tem sido desenvolvidos sistemas de representação paralelos à OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). Os principais sistemas criados foram o ECOSOL – Sistema de Economia Solidária, criado pela ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário - da CUT – Central Única dos Trabalhadores e; SCA – Sistema Cooperativo dos Assentados - do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Em nenhum dos dois casos houve mudanças significativas, mas, algumas mudanças pontuais ocorreram, constituindo o estopim para um processo de transformação mais generalizado nas cooperativas.

Nesse contexto, o trabalho aqui apresentado tem como objetivo compreender o processo de formação e desenvolvimento do movimento cooperativista, em especial, do cooperativismo agropecuário no Brasil, assim como, analisar, a função do cooperativismo no processo de acumulação capitalista no campo e a conseqüente diferenciação dos produtores cooperados. Para isso, foram delimitados quatro cortes temporais, a saber: surgimento e consolidação do cooperativismo no Brasil (1889-1930), desenvolvimento e consolidação do cooperativismo agropecuário (1930-1964), cooperativismo agropecuário empresarial no Brasil (1970-1980) e abertura e integração cooperativista (1988 - atual). A partir dessa periodização e da realidade do cooperativismo agropecuário na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foram traçadas as reflexões e análises aqui apresentadas.

Surgimento e consolidação do movimento cooperativista no Brasil: 1889/1930

O processo que culminou com abolição da escravatura, desorganizando as relações sociais de trabalho com a passagem para o trabalho livre, levou à possibilidade de novas relações de trabalho, implicando em uma acentuação do processo migratório para suprir a necessidade de mão-de-obra para a lavoura cafeeira. Neste período, a economia brasileira estava ainda baseada na monocultura cafeeira, porém, já se iniciava o desenvolvimento industrial no Distrito Federal (então Rio de Janeiro) e São Paulo, financiado pelos próprios barões do café e contando, também, com os trabalhadores imigrantes da Europa. Começam a apontar, assim, problemas relacionados ao abastecimento das populações crescentes nos centros urbanos em formação.

Inserida no contexto criado pelos problemas de abastecimento urbano, foi fundada em 1889, a que talvez seja a primeira cooperativa nos moldes *rochdaleanos* constituída no país, a saber, a *Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto*. Esta sociedade tinha como objetivo inicial baratear o custo de alimentos para seus associados funcionando como cooperativa de consumo, mas também pretendia atuar na produção fornecendo trabalho para seus associados.

Suas diversificadas atividades começariam por armazéns de gêneros de primeira necessidade, depois de tecidos, armarinhos, ferragens; seguidos da produção de bens para consumo, como, por exemplo, padaria, açougue etc. Mas a sociedade previa construir ou adquirir prédios para locação (dando preferência aos acionistas). Poderiam ser acionistas todos os funcionários públicos – gerais, de províncias, municipais, *escrivães do fôro*, militares, doutores em medicina, padres, farmacêuticos, engenheiros, advogados, professores, diretores de colégios, aposentados, reformados e outros (PINHO, 2004, p. 19).

Esta cooperativa, fundada com o objetivo de baratear o gasto com alimentos, constituiu-se como uma sociedade anônima, visto que ainda não havia uma legislação específica tratando das sociedades cooperativas, sendo que a última Constituição Federal, de 1824, tinha inclusive proibido qualquer tentativa associacionista [art. 179, parágrafo 25]. Somente em 1891 a Constituição Federal do Brasil, reconhece no parágrafo 8º do Artigo 72, o direito de associação dos trabalhadores em sindicatos e cooperativas. Por isso, considera-se com frequência, a *Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica de Limeira* em São Paulo, criada em 1891, como representante primeira do cooperativismo moderno – *rochdaleano* – no Brasil. A partir deste momento, várias cooperativas passam a ser criadas nos centros urbanos com a finalidade de amenizar os efeitos dos problemas de abastecimento interno. São criadas,

por exemplo, entre 1891 e 1897, a *Cooperativa Militar de Consumo no Rio de Janeiro*, a *Fundação Cooperativa de Consumo de Camaragipe* em Pernambuco e a *Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista* em Jundiá.

Na primeira república, especialmente a partir de 1900, recebe um impulso inicial o cooperativismo de crédito agrícola, em especial ligado a pequenos produtores rurais na região Sul. Em 1902, o Padre suíço Teodoro Amstad fundou em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa de crédito do modelo *Raiffesen*², para colonos alemães da região e, em 1906 a primeira cooperativa de crédito do modelo *Luzzatti*, em Lageado, também no Rio Grande do Sul. Daí em diante dá-se início ao cooperativismo de crédito agrícola que se mantém em crescimento praticamente constante até final do período Vargas em 1964³. Amstad difundiu as idéias cooperativistas, principalmente, as *raiffeseinianas*, patrocinando a organização de Caixas Rurais nas cidades gaúchas de Estrela e São José do Herval, sendo responsável direto pela criação de 26 cooperativas de crédito no estado (PINHO, 2004).

Montado no lombo de uma mula, o padre Amstad, conhecido como o pai dos colonos percorreu, durante longos anos, as ínvias picadas coloniais, fazendo, ao lado da catequese religiosa e da assistência espiritual, a doutrinação do sistema de crédito cooperativista. De sua iniciativa e de seu trabalho apostolar nasceu, portanto a primeira verdadeira instituição de cunho cooperativo no Brasil (OLIVEIRA apud CAMPOS, 1998, p. 55).

O Padre Amstad difundiu as idéias cooperativistas como um meio de libertação para os quais considerava os *segundos escravos* no desenvolvimento do Brasil, ou seja, os trabalhadores rurais, em sua maioria, imigrantes europeus. Nesse sentido, em sua *Plataforma Cooperativista* lançada no Congresso dos Alemães Católicos do Rio Grande do Sul em 1900, na localidade de Santa Catarina da Feliz coloca que:

[...] a dependência econômica na qual atualmente nos encontramos em relação a outros países, é na verdade uma nova escravatura que está ameaçando o nosso país: e como foi um ponto de honra abolir a antiga escravatura, assim agora para o verdadeiro brasileiro é um dever de honra afastar com mão firme esta nova escravatura do nosso querido Brasil (AMSTAD apud IRION, 1997, p. 33).

Durante algumas décadas o Padre Teodoro Amstad desenvolveu vários projetos populares de organização cooperativa no Rio Grande do Sul, procurando conscientizar os colonos da exploração dos comerciantes intermediários que ficavam com toda a renda gerada por seu trabalho. Este problema afetava, principalmente, os trabalhadores imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café em sistema de colonato. Alguns destes trabalhadores começaram, entretanto, a se fixar como produtores de subsistência. Assim, ainda na Primeira República, começam a surgirem as primeiras cooperativas agropecuárias, quando se percebe também o início da intervenção estatal na organização de sociedades cooperativas no Brasil.

Em 1911, com a decadência da produção de vinho no Rio Grande do Sul⁴, o Estado, através do Ministério da Agricultura e Comércio, firma convênio com o expoente cooperativista italiano Giuseppe Di Stéfano Paternó para coordenar a organização de cooperativas em regiões de imigração italiana, entre camponeses produtores de vinho. Já no ano de sua chegada, Paternó criou, no Rio Grande do Sul, colônias Italianas nos municípios de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Guaporé, Antônio Prado e Veranópolis. Entre setembro de 1911 a dezembro de 1912, como conseqüência de sua orientação, foram organizadas ainda a Cooperativa Agrícola de Vila Nova e mais oito cooperativas agrícolas em regiões de colonização italiana,

² Cooperativas de crédito destinadas a atender às necessidades dos agricultores criadas por Friedrich Raiffeisen entre 1847 e 1848 na Alemanha.

³ Em 1964 a Lei 4.595 reformou o sistema bancário e estabeleceu as normas de política financeira do Governo Federal, acabando quase totalmente com as cooperativas de crédito no País (PINHO, 2004).

⁴ A indústria vinícola enfrentava crises periódicas e, a grande produção de vinho ocasionada pela enorme safra de 1911, unida à falta de mercado, à baixa qualidade do produto, e a concorrência dos vinhos estrangeiros importados em larga escala, fez com que o Estado interviesse na organização do mercado do vinho (GIRON apud SANTOS, 1978).

todas ligadas à produção de vinho.

O principal objetivo de tais cooperativas, teoricamente, era a obtenção de melhores preços para a uva e o vinho, que nesse período estavam fixados de forma oligopólica pelos comerciantes, que acabavam retendo a maior parte dos ganhos. No mesmo sentido, estes produtores procuravam comercialização de sua própria produção eliminando, portanto, a figura do intermediário e sua apropriação do excedente produzido pelas colônias agrícolas.

Em princípio, o surgimento destas cooperativas, ocasionou a queda no preço do vinho, já que seus próprios produtores, neste caso, eram também os comerciantes. Contudo, esta condição não durou muito tempo. A reação por parte dos grandes comerciantes locais, que pressionaram a Associação dos Produtores de Vinho e o próprio Estado para que tomasse alguma medida contra o crescimento das cooperativas foi imediata.

A Associação dos Produtores de Vinho reúne-se em Caxias do Sul. Conseguem o apoio da Associação Comercial e publicam um edital convocando os produtores a diminuírem a produção da uva, pois segundo este mesmo edital só assim o vinho seria de melhor qualidade. Atacam, também, por outro lado: a Diretoria de Higiene do Estado passou a exigir que o vinho tivesse determinadas qualidades em acidez volátil e percentagem alcoólica. Os vinhos das cooperativas fundadas por Paterno são acusadas de prejudicar o mercado do vinho gaúcho, por causa da má qualidade do produto (GIRON apud SANTOS, 1978, p. 114)⁵.

Mas, na verdade, esta reação dos comerciantes visava à destruição das cooperativas para manterem o controle da compra do vinho dos camponeses de forma que fixavam os preços pagos pela uva e pelo vinho produzido artesanalmente. E torna-se interessante analisar a ação do Estado neste caso, pois, inicialmente incentivou a criação de cooperativas, para resolver um problema de superprodução e, logo em seguida, participou na sua desarticulação em favor de grandes comerciantes. Esta ação deixa claro, como será mostrado em outros momentos deste trabalho, o caráter de acumulação capitalista do cooperativismo apoiado pelo Estado.

A participação do Estado na destruição dessas cooperativas apenas vem comprovar o que dizíamos atrás, de que este se colocava a favor das classes de maior poder econômico, mesmo diante de uma possibilidade concreta de redução dos preços de produtos destinados ao abastecimento do mercado interno. Em outras palavras, o mesmo Estado que incentivava a criação das cooperativas, determina seu fechamento, a partir do momento em que estas vão contra os interesses da referida classe (FERREIRA, 1988, p. 49).

Dessa forma, a proposta cooperativista de Paternó, a princípio ofereceu alguns resultados seguros, como qualquer outra cooperativa, mas com o tempo, como vimos surgiram diversos problemas como, insuficiente preparação dos sócios para uma ação cooperativista, a ação nociva de segmentos concorrentes, a debilidade administrativa das cooperativas associada às limitações de ordem tecnológica, a intervenção negativa do Estado, entre outros (CAMPOS, 1988). Ainda assim, certos autores brasileiros consideram esta como a época do *verdadeiro cooperativismo*, onde a ideologia da cooperação era respeitada e os camponeses utilizavam-na como uma forma de resolver seus problemas, sobretudo de abastecimento dos insumos (STÉDILE, 1984).

Basicamente, na primeira república, o movimento cooperativo no Brasil apresentou um desenvolvimento relativo. Desenvolveram-se acentuadamente, neste período, as cooperativas de consumo e crédito agrícola. As cooperativas de consumo como foi visto, surgiram como resposta aos problemas de abastecimento dos centros urbanos em pleno crescimento. Diversas cooperativas de crédito agrícola foram criadas neste período em várias regiões do país, especialmente, sob a influência dos imigrantes europeus. Como exemplo, temos a criação de Cooperativas de Crédito do modelo Luzzatti em Franca (SP) em 1919 e em Rio

⁵ É interessante notar que este instrumento, ligado à questão de qualidade de produto, é utilizada repetidas vezes durante o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, protegendo, na maioria das vezes, os ganhos dos grandes produtores. Outro exemplo, parecido com este, é o caso da granelização da produção de leite no Brasil, ocasionando a exclusão de grande número de pequenos produtores de leite a partir de 1999 (SOUZA e FRANCIS, 2003).

Branco no Acre em 1924. A criação da Caixa Rural do Ceará Mirim no Rio Grande do Norte em 1925, quando também surge a Lei 4984 (art. 40) tratando dos Bancos Luzzatti e das Caixas Rurais Raiffesen. Ainda em 1925 é criada a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul do modelo Raiffesen. Em 1926 já haviam sido criadas 147 caixas cooperativas por todo o país.

Portanto, o período que se estende por toda a Primeira República é marcado pelo surgimento inicial de experiências cooperativistas ligadas aos moldes *rochdaleanos*. Apresenta maior importância, no período, como dito, as cooperativas de consumo e as de crédito rural, que contavam, especialmente a partir da metade da primeira república, com o apoio do Governo Federal para sua disseminação, com o que se pretendia evitar as emissões de moeda, via Banco do Brasil, para o financiamento das lavouras. Com isto, é nesse período também que se inicia a intervenção do Estado no desenvolvimento do cooperativismo, ainda que de forma pontual.

Assim, na Primeira República, com exceção de alguns casos isolados, como dos produtores de vinho no Rio Grande do Sul ou dos produtores de leite de São Paulo, não é expressivo o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário. Por outro lado, estava-se preparando o ambiente para o seu fortalecimento definitivo a partir da revolução de 1930. Chama a atenção para isto a fundação em 1927 da *Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata de Cotia S/A*, por imigrantes japoneses, considerada a grande precursora do cooperativismo agrícola brasileiro. A fundação desta cooperativa, dentre outros fatores, chama a atenção do Estado para um problema que já estava sendo agravado durante toda a Primeira República, relacionado ao abastecimento dos centros urbanos já em pleno crescimento, principalmente, São Paulo e no Rio de Janeiro.

Desenvolvimento e consolidação do cooperativismo agropecuário no Brasil: 1930/1964

Até a década de 1920, a economia brasileira dependia essencialmente, como se sabe da agricultura de exportação com base na produção cafeeira, que contava com total apoio do Estado. Esta produção vinha, entretanto, enfrentando certas dificuldades desde a abolição da escravatura em 1888, o que provocou a mudança na organização social do trabalho, forçando tais produtores a contratarem trabalhadores imigrantes. Esta nova força de trabalho, composta por trabalhadores imigrantes compôs, a princípio, a mão-de-obra essencial para a sobrevivência do latifúndio monocultor cafeeiro e, posteriormente, para o mercado de trabalho urbano, aumentando, por conseguinte a população dos centros urbanos em formação (FERREIRA, 1988).

Considerando, então, o período que vai desde a abolição da escravatura até a revolução de 1930, o processo de imigração de mão-de-obra faz surgir no Brasil um exército de trabalhadores, que a princípio suprem a necessidade de trabalho nas lavouras cafeeiras e, posteriormente passam a assumir ocupações nas cidades [indústria e pequenos ofícios] ou ainda, acabam se disseminando na área agrícola como meeiros, parceiros ou simples arrendatários.

Contudo, a ida de parte destes trabalhadores para a cidade dá início aos problemas de abastecimento dos centros urbanos em formação. Ou seja, o aumento da população urbana, com o desenvolvimento inicial da indústria, faz nascer a necessidade de uma maior produção de alimentos, o que, até então não havia sido incentivado devido à própria estrutura de apoio à cafeicultura criada pelo Estado. Por outro lado, a outra parte destes trabalhadores imigrantes se incorporou ao setor produtivo primário na tentativa de prover sua subsistência e vender o excedente de sua produção. Estes produtores/trabalhadores, de forma precária, tentavam produzir para sua subsistência e para vender algum excedente, que provisoriamente começava a possibilitar o abastecimento urbano.

Neste contexto, entende-se aqui, que a origem do cooperativismo agropecuário no Brasil está estreitamente vinculada a essa problemática do abastecimento interno, ou mais precisamente, ao desenvolvimento da agricultura de subsistência desenvolvida por produtores imigrantes que, com o tempo, volta-se para o abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento (FERREIRA, 1988).

Neste sentido, este período é marcado pela formação de um grupo de camponeses que procuram formas para sobreviverem da atividade agrícola. Neste contexto é que surge em

1927, a já citada *Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata de Cotia S/A*. Esta cooperativa agrícola, por muitos considerada a precursora do cooperativismo agropecuário no Brasil, foi construída de forma dialética através da necessidade de organização de um grupo de produtores imigrantes japoneses.

O primitivo núcleo foi formado nos anos de 1914-15, por cerca de trinta famílias japonesas, na sua maioria camponesas de origem. Esse núcleo cresceu nos anos subseqüentes até formar uma comunidade de mais de oitenta famílias, quando, então em 1927, fundou-se a cooperativa (SAITO, 1964, p. 56).

Assim, a cooperativa de Cotia resultou de um movimento espontâneo de um grupo de imigrantes japoneses residentes em Moinho Velho, município de Cotia, São Paulo, e seu objetivo era a defesa de um grupo de produtores de batata contra os comerciantes intermediários (LOUREIRO, 1981). Este ambiente de mudanças proporcionou ainda que no Rio Grande do Sul ressurgissem as cooperativas vinícolas, como a Cooperativa Vinícola de Forqueta, em 1929 e a Cooperativa Vinícola Aurora em 1931.

Apesar deste ambiente propício à organização cooperativa, até o ano de 1932, o Estado brasileiro não havia apoiado nem estabelecido normas específicas para as cooperativas. Até então, tanto a ação como os recursos governamentais estavam comprometidos em atender às necessidades de valorização do setor cafeeiro (FERREIRA, 1988). Somente em 1932 o Estado passa a se preocupar definitivamente com o desenvolvimento das cooperativas. Neste ano surge a primeira lei tratando especificamente do sistema cooperativista. O Decreto 22.239, de 19 de Dezembro de 1932, dispunha sobre a organização e o funcionamento do cooperativismo, seguindo, de forma definitiva, neste momento, as características de cooperação *rochdaleanas*⁶.

Em 19 de dezembro de 1932 é promulgado um decreto-lei versando sobre a constituição e funcionamento das cooperativas, facilitando e simplificando a sua fundação e isentando-as de uma série de impostos. A partir desta data o Estado não só passou a regulamentar a constituição de cooperativas, como procurou incentivar ao máximo a sua criação (FLEURY, 1983, p. 39).

Acima da legalização do cooperativismo brasileiro, esta lei parece estabelecer um marco para o desenvolvimento acelerado do sistema cooperativista, em especial, do cooperativismo agropecuário sob intervenção estatal. Até aí, em sua maioria, as cooperativas agropecuárias surgiam das necessidades concretas de pequenos agricultores, que procuravam no associativismo uma forma de resolver seus problemas de comercialização, transporte e armazenagem, eliminando a tão combatida figura do intermediário. Mas com a nova legislação o Estado passa a intervir diretamente na organização do cooperativismo agropecuário brasileiro, iniciando uma relação de *cima para baixo* que irá permanecer quase inalterada até a atualidade⁷.

A intervenção estatal sobre o cooperativismo agropecuário assume, depois de 1932, dois períodos de ação diferenciados, mas igualmente incentivadores da acumulação capitalista no campo. O primeiro período, voltado à produção agropecuária de abastecimento urbano, apresenta uma maior importância entre a promulgação da lei do cooperativismo em 1932 até, aproximadamente, a década de 1950⁸. O segundo período a partir do início da década de 1960 relaciona-se, basicamente, ao maior incentivo à modernização da agricultura para exportação. Cabe saber que não existe uma separação exata entre estes períodos, sendo que em muitos casos eles foram complementares.

O sentido histórico da utilização da cooperativa pelo Estado pode ser identificado a partir da percepção da necessidade de promover a expansão da produção agrícola, especialmente de alimentos destinados ao

⁶ O referido decreto incorporou à caracterização das cooperativas brasileiras os princípios, estabelecidos em Rochdale, de adesão livre, um homem – um voto, retorno do capital como sobras, controle democrático, juros limitados ao capital e neutralidade política, racial e religiosa (PINHO, 1991).

⁷ Na Constituição de 1988 é estabelecida a proibição de interferência do Estado em qualquer tipo de associação, porém, mantendo o apoio ao desenvolvimento destas organizações, o que tem o mesmo fim.

⁸ Até a década de 1950 o Estado dividia suas preocupações entre a indústria em desenvolvimento e o café em decadência, sendo que a partir deste momento passa a concentrar esforços e recursos no desenvolvimento de uma agricultura moderna voltada ao mercado externo.

abastecimento das populações urbanas em acelerado processo de crescimento desde a década de 30 (LOUREIRO, 1981, p. 136).

Neste período inicial de apoio estatal, as cooperativas são incentivadas a suprirem o papel do Estado na organização da produção para o abastecimento interno. Neste sentido, passam a ser criadas um grande número de cooperativas de produtos básicos para sustentar o abastecimento dos centros urbanos em crescimento com o desenvolvimento da indústria. Assim, o Estado procurava baixar os preços dos alimentos básicos para a reprodução da força de trabalho para a indústria.

A intervenção estatal se dava em torno de todos os produtos envolvidos com o abastecimento urbano, principalmente, do Rio de Janeiro e São Paulo onde a indústria crescia aceleradamente. Neste sentido, o Estado procurou organizar a produção de alimentos utilizando como armas principais o estabelecimento de uma política de preços mínimos e o incentivo à criação de cooperativas agropecuárias. O Quadro 1 dá uma idéia do período de surgimento de cooperativas ligadas à produção de diversos produtos para abastecimento urbano.

Quadro 1

Cooperativas Agropecuárias fundadas no Brasil através da intervenção do Estado para o abastecimento do mercado interno de alimentos (1932 – 1960)

Cooperativas Agropecuárias	Ano de Criação
Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo	1933
Federação das Cooperativas de Plantadores de Banana de São Paulo	1933
Caixa Central de Crédito Agrícola da Paraíba	1934
Cooperativa Central Agrícola de São Paulo	1934
Sociedade Cooperativa Agrícola Central de Fortaleza	1936
Federação das Cooperativas Rio Grandenses de Vinho	1936
Federação das Cooperativas de Álcool e Aguardente do Rio Grande do Sul	1937
Federação Paulista das Cooperativas de Mandioca	1937
Cooperativa Central dos Cafeicultores Paulistas	1938
Cooperativa Central de Peixe do Rio de Janeiro	1938
Cooperativa Central de Laticínios do Rio de Janeiro	1939
Cooperativa Central dos Moageiros e Plantadores de Mandioca do estado da Bahia	1940
Cooperativa Central dos Fruticultores de São Paulo	1941
Cooperativa Central dos Cacaucultores Baianos	1942
Cooperativa Central de Laticínios de Pernambuco	1942
Federação Paulista das Cooperativas de Pescadores de São Paulo	1943
Cooperativa Agrícola Mista de Tomé Açú no Pará	1948
Cooperativa Central dos Plantadores de Pimenta do Reino do Estado do Pará	1957

Fonte: adaptado de Pinho, 2004

Entre os principais produtos que sofreram intervenção estatal estão o leite e o trigo (pão), que constituíam importantes alimentos para a sustentação da classe proletária em formação nos grandes centros. No caso do leite havia um sistema de produção e distribuição precário, onde o produto era vendido de porta em porta pelos próprios produtores. Neste sentido, o Estado interveio a partir de 1932 com a criação de diversas cooperativas e centrais cooperativas de leite, em especial, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como exemplo foram criadas a Cooperativa Central de São Paulo em 1933, a Cooperativa Central de Laticínios do Rio de Janeiro em 1942 e a Cooperativa Central de Laticínios de Minas Gerais em 1948.

Com relação à produção de trigo, esta já vinha declinando desde 1920, quando cobria apenas 18% do mercado nacional, percentual este que declinou nos 25 anos seguintes. Com esta crise, principalmente no Rio Grande do Sul, que se intensifica a partir de 1950, o Estado começa a incentivar o desenvolvimento de cooperativas tritícolas para resolver os problemas de abastecimento. Com isto, o Estado por sua vez interessava-se basicamente em manter o abastecimento de pão para as grandes cidades a preços condizentes com o poder de compra da população. Desta política resultou a criação, apenas em 1957, de 20 cooperativas tritícolas

no Rio Grande do Sul (MULLER, 1981).

Seguindo esta política, o governo Juscelino Kubitschek (1955-1960) fortalece o apoio à produção de trigo, procurando tornar o Brasil auto-suficiente na produção tritícola. Neste processo, o cooperativismo tritícola no Rio Grande do Sul foi-se fortalecendo, culminando com a criação em 1958 da FECOTRIGO (Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo), que canalizava as reivindicações dos produtores de trigo junto às autoridades do Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda e Banco do Brasil.

As cooperativas de trigo do Rio Grande do Sul foram extremamente fortalecidas neste período. Entretanto, preocupados com as crises recorrentes que envolviam este produto, seus produtores passam também a concentrar esforços na introdução de outros produtos, em especial, da soja. Assim, como forma de diversificar a produção, não ficando tão dependentes do trigo, estes produtores, através de suas cooperativas, iniciam um processo de introdução da soja na região sul do país. Neste ambiente, entre 1956 e 1957, foram fundadas a grande maioria das cooperativas de trigo e soja do Rio Grande do Sul (LAUSCHNER, 1993).

A introdução da cultura da soja estabelece um marco com relação ao processo de industrialização da agricultura no Brasil e da participação das cooperativas agropecuárias neste processo. Outro caso ligado a este processo é o da COCAMAR (Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá) criada em 1960 para resolver problemas de superproduções sucessivas de café no estado do Paraná, que então produzia quase 50% do café brasileiro. Com a crise do café no estado, o Governo procura, como fez historicamente, salvaguardar os produtores de café. Para isto, o Estado fornece, a partir da metade da década de 1960, crédito a fundo perdido à COCAMAR para a diversificação produtiva. O produto de *escolha* foi novamente a soja. No início de 1970 a cooperativa recebe recursos do Ministério da Agricultura para a criação de infra-estrutura de armazenamento para a soja (SERRA, 2003).

O desenvolvimento do cooperativismo agropecuário passa a legitimar, a partir deste momento, a ação do Estado no apoio à acumulação capitalista no campo. A estrutura criada para a resolução de problemas de abastecimento interno passa a dar suporte, a partir de 1950, ao processo de modernização da agricultura brasileira. É importante entender que este processo se dá somente como incentivo à acumulação capitalista no campo, pois os beneficiários da intervenção estatal eram, em sua maioria, de uma burguesia rural em formação.

Portanto, nesse sentido, o cooperativismo agrícola configura-se como um agente de racionalização econômico-produtiva da integração da produção agrícola com o padrão de acumulação vigente, atuando como impulsionador do desenvolvimento das forças produtivas e sendo complementar tanto à agroindústria quanto à intervenção do Estado, se bem que subordinada e contraditoriamente (CORADINI, 1981, p. 64).

Forma-se a partir daí, uma aliança para a modernização da agricultura brasileira. Tal aliança, entre produtores, agroindústrias e Estado, visava na verdade, legitimar e criar infra-estrutura para o desenvolvimento de uma agricultura voltada para o mercado externo, como forma de possibilitar a acumulação capitalista na agricultura. Nesta aliança, o cooperativismo torna-se o instrumento institucional utilizado pelo Estado para romper certas condições de atraso no desenvolvimento agrícola.

As cooperativas transformam-se, assim, em órgãos de repasse das políticas de fomento às atividades agropecuárias, ao mesmo tempo em que desenvolvem certas atividades que teoricamente fariam parte das funções de acumulação do Estado capitalista (BENNETI, 1985, p. 06).

É importante ter presente, ainda, que a intervenção do Estado no cooperativismo agropecuário, nos dois sentidos básicos referidos, a saber, de apoio ao abastecimento interno e à modernização agrícola, tem como objetivo apoiar não só as atividades propriamente cooperativas, mas principalmente, os setores produtivos agrícolas a elas vinculados. Em outras palavras, a atuação do Estado no cooperativismo deve ser entendida como uma forma privilegiada de intervenção na própria agricultura (BENNETI, 1985).

Este cunho de acumulação capitalista, fortalecido pelo desenvolvimento tecnológico da agricultura, apoiado pelo movimento cooperativista, neste período, irá estabelecer o caráter de relações sociais que se perpetuará no cooperativismo agropecuário brasileiro. Pois, ao mesmo tempo em que esta intervenção procura desenvolver e modernizar a agricultura no país, com

base em um modelo empresarial de agricultura, ele utiliza o cooperativismo como uma forma de manter uma harmonia social, importante para a própria acumulação capitalista. E daí se consolida o caráter contraditório do cooperativismo agropecuário em nosso país, que reúne pequenos e grandes produtores com interesses e expectativas diferenciadas. Em uma das cooperativas de trigo criadas no Rio Grande do Sul, por exemplo, estas contradições se mostram claramente.

[A Cooperativa] Reunia 68 produtores entre arrendatários, empresários, proprietários que empregavam assalariados e pequenos proprietários que trabalhavam suas terras com seus familiares. No que respeita a estes últimos, ainda que numericamente majoritários, não tinham condições de impor seus interesses específicos, sequer para a apreciação dos órgãos consultivos e deliberativos da cooperativa. O que a rigor não deveria se constituir em surpresa uma vez que a criação mesma das cooperativas, sob auspícios estatais, visava à sustentação de uma burguesia rural (MULLER, 1981, p. 100).

Assim, a função de acumulação capitalista deve ser entendida como a atuação do Estado no sentido de criar e manter as condições rentáveis para a acumulação privada de capital. Por outro lado, a função de legitimação significa que o Estado capitalista, ainda que trabalhe para a reprodução privada do capital, criando e recriando constantemente as condições de uma classe acumular capital às expensas de outras classes, deve fazê-lo de forma a convencer estas últimas de que vivem no melhor dos mundos, isto é, o Estado deve buscar a harmonia social (BENNETI, 1985).

Desta forma, entende-se que o cooperativismo agropecuário, sob intervenção do Estado, responsabilizou-se neste período (1930 -1970) pelo incentivo à produção para o abastecimento interno e deu início à modernização da agricultura brasileira, especialmente, na região sul do país, criando a infra-estrutura necessária para a acumulação capitalista no campo. Com isto, no entanto, reproduziu a estrutura capitalista dentro das cooperativas criadas, promovendo, ao mesmo tempo, a manutenção e a expropriação do pequeno produtor, conjugando o econômico e o social.

Cooperativismo agropecuário empresarial no Brasil: as décadas de 1970 e 1980

Entre as décadas de 1950 e 1970, basicamente, como visto acima, foi formada a base para a modernização agrícola no Brasil, com o surgimento da indústria de máquinas e do complexo agroindustrial⁹. Esta nova base de produção formou-se, especialmente, a partir da intervenção estatal sobre as cooperativas agropecuárias do Centro-Sul. Com a decadência de culturas tradicionais como o café e as crises recorrentes do mercado de trigo, as cooperativas passaram a buscar produtos que proporcionassem maior rendimento e segurança, sendo a soja o principal produto de escolha neste período. Neste sentido, a diversificação produtiva, com a busca de produtos de maior valorização no mercado internacional, traçou a linha de desenvolvimento e modernização da agricultura brasileira, entre as décadas de 1950 e 1970.

Através da intervenção estatal, as cooperativas foram responsáveis pela criação da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento tecnológico da agropecuária brasileira. Por meio da liberação massiva de créditos às cooperativas agropecuárias promoveu-se um crescimento extraordinário destas instituições, dotando-as de características notadamente empresariais. Com isto, as cooperativas agropecuárias da região sul, até o final da década de 1970, apresentaram um crescimento espantoso que se deu devido ao apoio estatal para a produção de trigo e soja, proporcionando a criação de um sistema empresarial voltado para a acumulação capitalista na agricultura.

Efeito e causa desta política foi a consolidação da institucionalização do cooperativismo brasileiro que já vinha se configurando há duas décadas¹⁰, legitimando ainda mais a

⁹ Pode-se dizer que o surgimento do complexo agroindustrial no Brasil se dá realmente com a implantação da indústria de maquinaria e insumos agrícolas, por volta do começo dos anos 1960, com o início da produção de tratores (SORJ, 1986, p. 35).

¹⁰ O processo de institucionalização já vinha se configurando desde a criação da UNASCO (União das Associações Cooperativas) em 1956, que reuniu todas as organizações estaduais do cooperativismo. É importante entender que desde seu surgimento, de forma mais sistemática nos anos 30 até hoje, as

intervenção do Estado no desenvolvimento das cooperativas. A Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, substituiu as legislações anteriores que tratavam do cooperativismo, abrindo espaço para uma maior intervenção do Estado sobre as cooperativas, com a criação do sistema OCB (Organização das Cooperativas brasileiras) e, subseqüentemente, das OCE's (Organização das Cooperativas dos Estados) (SORJ, 1986). Esta nova lei passa a legitimar e facilitar ainda mais a intervenção do Estado no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias.

Praticamente todos os programas de incentivo à modernização da agricultura brasileira foram desencadeados entre os anos de 1960 e 1980. Houve, ainda, no período de 1969 a 1976, uma expansão acentuada na oferta de crédito rural. Vários programas de apoio ao desenvolvimento do cooperativismo foram criados a partir da década de 1970. Em 1976, por exemplo, os órgãos do estado criam o PRONACOOP (Programa Nacional de Cooperativismo), cujo objetivo básico era o aumento do número de associados em cooperativas agropecuárias. Assim, o Estado passa a apoiar maciçamente o desenvolvimento tecnológico da agricultura através do sistema cooperativista em todo o país, buscando novas áreas para a expansão capitalista da agricultura (CORADINI, 1981; BIANCO, 2003).

Neste sentido, este foi também o período no qual houve o avanço da fronteira agrícola para o domínio dos Cerrados e para a Amazônia. Este avanço em busca de novas fronteiras para a expansão do capital sobre a agricultura reflete, além de uma relativa desaceleração do processo de crescimento da produtividade da agricultura no Centro-Sul, a busca de relocalização para uma grande quantidade de produtores que, com o crescimento das cooperativas já não conseguiam resistir na terra, tornando-se uma preocupação para o plano de acumulação vigente¹¹. A partir daí, a região amazônica, por exemplo, passa a ser vista como uma alternativa para o assentamento de produtores ligados às cooperativas do Sul e, ao mesmo tempo, para promover a acumulação capitalista através da agricultura.

A importância do problema da falta de alternativas para os pequenos estabelecimentos é reconhecido tanto pelo Estado quanto pelas cooperativas. A COTRIJUI, por exemplo, desenvolveu processos de colonização na Amazônia, para deslocar parte dos pequenos produtores, impulsionando ao mesmo tempo a concentração da propriedade (SORJ, 1986, p. 55).

Neste contexto, as áreas de domínio do Cerrado foram, também, alvo privilegiado para a política de expansão capitalista da agricultura. Assim, uma região onde já se desenvolvia a agropecuária voltada ao abastecimento interno (como o leite, por exemplo), passa a ser vista como a nova fronteira para o crescimento da agricultura mecanizada para exportação, principalmente, da produção de café, trigo e soja.

Entre as décadas de 1970 e 1980, as cooperativas foram responsáveis pela implantação da grande maioria dos projetos de colonização no Cerrado, através principalmente dos programas governamentais desenvolvidos nesta região. Foram implementados, por exemplo, neste período, o Projeto de Colonização Mundo Novo (Cooperativa Agrícola de Cotia Ltda), o Projeto de Colonização de Irai de Minas (Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda) e o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros (Cooperativa Agropecuária Vale do Paracatu Ltda).

O rápido crescimento das cooperativas não refletia, contudo, vantagens para a maioria dos cooperados. Assim, é importante destacar que este processo de concentração e centralização de capital ao nível das grandes cooperativas deve ser qualificado, no sentido de que não implicava, necessariamente, no melhoramento das condições materiais dos pequenos estabelecimentos, aumentando a diferenciação entre os produtores cooperados (SORJ, 1986). E, mesmo os projetos de colonização realizados pelo Estado e pelas cooperativas não aliviavam este problema, sendo que o objetivo final era a acumulação capitalista e a promoção da harmonia social, evitando as tensões prejudiciais ao sistema vigente.

cooperativas no Brasil sempre estiveram atreladas ao Estado, que não só regulamenta suas normas de criação e funcionamento, mas também as fiscaliza diretamente (LOUREIRO, 1981).

¹¹ É na década de 1970 que começa a se configurar a luta pela terra no país, especialmente, no sul. Assim, para aliviar as tensões, o governo juntamente com as grandes cooperativas passa a promover a ocupação de novas fronteiras agrícolas, principalmente, no Cerrado e na Amazônia.

A organização cooperativa é então apropriada como uma nova base, mais legítima para a perpetuação das relações assimétricas que viabilizam a extração de excedentes dos grupos subordinados por um grupo geralmente minoritário de associados economicamente poderosos, os quais tendem a revezar no controle dos cargos administrativos da empresa (SCHNEIDER, 1981, p. 35).

Esta incompatibilidade de interesses irá caracterizar como já foi dito, o caráter do cooperativismo desenvolvido no Brasil, em especial, nas cooperativas agropecuárias. A busca do lucro e do crescimento empresarial das cooperativas agropecuárias passa a dificultar a compatibilização dos interesses dos associados.

[...] a transformação gradativa de muitas cooperativas [...] em organizações de porte avantajado e de estruturas organizacionais cada vez mais complexas, leva muitas delas a inviabilizar o princípio da participação efetiva e do controle democrático da organização por parte de seus associados (SCHNEIDER, 1981, p. 32).

Assim, o crescimento cooperativista deste período torna-se um instrumento de integração ideológica e de controle governamental dos pequenos proprietários. Ou seja, ao mesmo tempo em que o movimento cooperativo é incentivado por motivos econômicos, o é também por motivos ideológicos, na medida em que a cooperativa é apresentada como sendo a solução dos problemas do pequeno agricultor, ao mesmo tempo em que elimina do discurso os problemas de confronto de interesses diferenciados dentro da cooperativa (SORJ, 1986).

A partir dos anos 1980 as cooperativas continuam a ter papel importante no repasse de produtos e insumos para os cooperados, através da política de crédito rural. Esse período é caracterizado pela articulação e uma acentuada relação de dependência entre as cooperativas agropecuárias, as empresas multinacionais e os agentes financeiros. Deste modo, ficavam assegurados, para os agropecuaristas, recursos necessários para a obtenção de fatores produtivos, para as indústrias, regularidade de recebimento de matéria-prima e continuidade de venda de seus produtos e, para os bancos, garantias adicionais e menores riscos de inadimplência por parte dos agricultores, uma vez que os riscos, em última instância, estavam sendo assumidos pelas cooperativas agropecuárias (BIANCO, 2003).

Assim, nas décadas de 1970 e 1980, ocorre um crescimento acelerado do cooperativismo, principalmente, nos estados do Sul do país. As cooperativas se constituem em verdadeiros complexos agroindustriais. Passam também a expandir suas fronteiras, realizando parcerias de colonização com o Estado, tomando a função de intermediário na acumulação capitalista no campo.

Este crescimento repentino, entretanto, se dá através de um endividamento constante e às custas do Estado. Neste sentido, ao final da década de 1980 o cooperativismo havia crescido muito, mas também estava entrando em período de crise. Entre os fatores que desencadearam a crise dos anos oitenta nas cooperativas, destacam-se, principalmente, a dependência do sistema financeiro e a passividade do cooperativismo agropecuário na busca de sua autonomia.

Nesse quadro é possível destacar duas conseqüências fundamentais do acelerado crescimento empresarial das cooperativas agropecuárias entre as décadas de 1970 e 1980, a saber, o constante endividamento para se manterem em crescimento e a crescente diferenciação entre os produtores cooperados, sendo que à medida que a cooperativa cresce, sem nenhum planejamento social, apenas alguns cooperados passam a obter vantagens com a filiação à cooperativa.

Nesse quadro, na medida em que as cooperativas se lançam num crescimento acelerado, visando com isso um maior poder de barganha no movimento geral da acumulação – economia de escala, mercados, participação na industrialização -, um maior poder de participação nos recursos financeiros e melhor posicionamento político frente aos órgãos decisórios da política econômica, são levadas a aprofundar suas contradições com seu quadro social em geral (CORADINI, 1981, 59).

Assim, na medida em que atendem às novas exigências do mercado e do governo, as cooperativas mudam sua forma de condução, buscando cada vez mais resultados econômicos ao invés de resultados sociais, espelhando-se nas relações agroindustriais que subordinam o produtor à lógica do mercado (PAULINO et al., 2003). Nesse contexto, o que pode ser visto é o reflexo das condições de reprodução capitalista internamente à cooperativa. No caso das

cooperativas de leite, este caráter está ainda mais exacerbado, havendo uma diferenciação clara entre os interesses dos cooperados. E este caráter, como é mostrado no item que segue não muda consideravelmente com a proibição da intervenção estatal sobre as cooperativas, na constituição de 1988.

Período de abertura e integração cooperativista: de 1988 até o momento atual

Como visto no item acima, as décadas de 1970 e 1980, estão caracterizadas por excessiva intervenção estatal, privilegiando especialmente, o cooperativismo agropecuário do sul do país, com o crescimento acelerado das cooperativas em moldes empresariais. Colaborou para isto a abundância e facilidade de acesso ao crédito rural por estas instituições. É neste período que se inicia ainda um processo de integração cooperativista, vertical e horizontalmente, sendo que muitas delas expandiram para outras regiões, tendo como principal região de ocupação o Cerrado mineiro e goiano. Este foi, entretanto, período também de grande endividamento destas instituições junto ao sistema financeiro do Estado, visto que a opção pelo crescimento empresarial e acumulação capitalista ampliada, teve como resultado a crise do sistema de cooperativismo agropecuário no final da década de 1980 e início da década de 1990.

Neste contexto, a partir da constituição de 1988, considerando o contexto de mudanças econômicas, as cooperativas perdem em parte o apoio do governo federal para financiar o seu desenvolvimento. O período logo após a constituição de 1988 irá se caracterizar, ainda, como momento de abertura cooperativista com a derogada, na nova constituição, de vários artigos referentes ao controle estatal, estabelecidos na Lei 5.764/71. O resultado imediato desta abertura é um aumento significativo das cooperativas de crédito agrícola, sendo que já não existiam as facilidades de crédito através das instituições do Estado, havendo uma certa falência estatal (PINHO, 2004).

Contudo, no período a partir de 1988 até o momento atual, as principais e mais relevantes mudanças estão ligadas a dois fatores principais, quais sejam: a aceleração do processo de integração cooperativista, com diversas fusões e criação de inúmeras centrais cooperativas e; o surgimento de novas representações do cooperativismo brasileiro¹².

O grande crescimento empresarial das cooperativas agropecuárias a partir da década de 1970 leva à necessidade de expansão, em especial, para possibilitar a acumulação ampliada do capital. Este modelo entrará, entretanto, a partir do final da década de 1980 em crise. Esta crise calcou-se, principalmente, nos problemas de um crescimento sem a sustentação estrutural e dos impactos da longa recessão econômica do país¹³. Destaque especial para a grave crise, em 1993, da CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia. A solução para a crise do cooperativismo foi vista na auto-gestão das cooperativas, afirmado na constituição de 1988. No entanto, enxergou-se a auto-gestão na forma de crescimento empresarial das cooperativas e, conseqüentemente, na integração vertical e horizontal do sistema.

Neste contexto, a partir da década de 1990 diversas cooperativas agropecuárias intensificam o processo de integração. Já em 1990, por exemplo, começou a funcionar a primeira *Trading Cooperativa* do país, a EXIMCOOP - Exportadora e Importadora de Cooperativas S/A – que tinha como objetivo principal o de comercializar seus produtos no exterior e importar insumos para a produção agropecuária. Esta instituição contou, para sua fundação, com nove cooperativas dos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em 1997, fundiram-se a FECOTRIGO - Federação das Cooperativas de Trigo do Rio Grande do Sul, FECOARROZ - Federação das Cooperativas Produtoras de Arroz do Rio Grande do Sul, FECOLÃ - Federação das Cooperativas Produtoras de Lã do Rio Grande do Sul, FECOCARNE - Federação das Cooperativas Produtoras de Carne do Rio Grande do Sul e FECOVINHO - Federação das Cooperativas dos Produtores de Vinho do Rio Grande do Sul, formando a FECOAGRO/RS - Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul.

O cooperativismo agropecuário de leite tem passado pelo mesmo processo de integração cooperativista. Foi formada, por exemplo, a Central de Leite Nilza, que reuniu em 2001, sete

¹² É importante no período, também, o crescimento acelerado no número de cooperativas de trabalho, que irão facilitar legalmente a exploração do trabalhador.

¹³ Vale lembrar que em 1990 foi extinto o BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o que intensificou a escassez de crédito para as cooperativas.

cooperativas, ampliando seu número de produtores em mais de 20%. Foi criada também a Central Goiana de Cooperativas de Leite - CENTROLEITE, com crescimento de quase 30% nos fornecedores em dois anos apenas.

Este processo de integração cooperativa resultou, no entanto, no crescimento do processo de exclusão do produtor cooperado. Com o crescimento e integração das cooperativas agropecuárias, tomaram força os grandes produtores que historicamente tem dominado o processo decisório das cooperativas. Ou seja, este processo de crescimento não é acompanhado por um processo de conscientização e desalienação dos produtores. Isto acaba por aumentar ainda mais a diferenciação entre os produtores nas cooperativas.

Neste contexto, foi-se fortalecendo, nas últimas décadas, o desenvolvimento de sistemas de representação paralelos a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Os principais sistemas criados foram o ECOSOL – Sistema de Economia Solidária, criado pela ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário - da CUT – Central Única dos Trabalhadores e; SCA – Sistema Cooperativo dos Assentados - do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

No caso do ECOSOL, a abordagem estratégica da ADS é centrada na organização de Complexos Cooperativos, com a constituição de projetos de organização da economia solidária integrada e projetos de desenvolvimento local. A organização dos Complexos Cooperativos é um processo flexível adequado a cada realidade sócio econômica local. Os projetos de complexos cooperativos são compostos por empreendimentos de serviços e de crédito, com políticas integradas e coletivas de formação, de comercialização, de inovação tecnológica e outras.

O SCA, por sua vez, surge a partir de 1989, como forma de criar cooperativas que atendessem aos interesses dos pequenos produtores assentados pelo MST. Houve nesta nova organização cooperativista, a construção de um entendimento interno acerca da função das cooperativas no sentido delas não serem apenas empresas econômicas, mas também instrumentos políticos questionadores da ordem desigual do capitalismo. A organização do SCA é constituída de núcleos de base que têm como objetivo politizar, conscientizar e situar os assentados no mundo, a fim de que compreendam o processo no qual estão inseridos (PAULINO et al., 2003). Estas organizações paralelas a OCB procuram desenvolver um cooperativismo mais voltado à auto-gestão dos cooperados. Procuram estabelecer um sistema cooperativista mais próximo àquele discutido pelos marxistas, que considerava de forma especial a conscientização das massas produtoras.

Assim, na última década viu-se o crescimento da crise do sistema cooperativista agropecuário, que levou ao processo de integração cooperativista, constituindo grandes complexos cooperativos. No entanto, ao mesmo tempo, formaram-se no país grupos de trabalhadores que estão buscando novas formas de se organizar. Estes grupos estão ligados, especialmente, ao SCA e ECOSOL. Estes buscam a construção de um novo tipo de cooperativismo, onde a participação e os ganhos sejam mais igualitários. Por outro lado, no cooperativismo tradicional, luta-se entre a adaptação à lógica do mercado e o compromisso com as questões de reforma social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de formação e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil teve como base o cooperativismo gerado, inicialmente, na Inglaterra. Esse modelo desenvolveu-se no país de forma contraditória, buscando equilibrar-se entre as questões econômicas de adaptação ao capitalismo e as questões sociais que aflige a maioria dos produtores cooperados. Acredita-se que este caráter híbrido tendeu, historicamente, para o crescimento das cooperativas de forma empresarial, deixando os serviços aos produtores em segundo plano. Nesse sentido, entende-se, que esta forma tradicional de cooperação na agropecuária promoveu poucas mudanças no dia a dia dos produtores familiares cooperados. O cooperativismo solidário (CUT) e o cooperativismo revolucionário (MST) apresentam uma proposta inovadora de superação do paradigma cooperativista tradicional, mas, reduzido tem sido o leque de abrangência destas propostas. Espera-se, contudo, que tais experiências sejam fortalecidas e democratizadas para produtores familiares de todo o país. Caso contrário, se mantivermos, o foco no modelo cooperativista contextualizado nesse artigo, muito pouco será transformado.

REFERÊNCIAS

- BENETTI, M. D. As relações entre Estado e cooperativismo: análise do período 1933-37. In: BENETTI, M. D.; FRANTZ, T. R. (Coord.). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul 1957-84**. Porto Alegre: FEE/ FIDENE/ FECOTRIGO, 1985. p. 5-34.
- BIANCO, J.; CARDOSO, J. L. **Evoluções e transformações do cooperativismo agropecuário no estado de São Paulo**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41, Juiz de Fora: SOBER, 2003.
- CAMPOS, G. L. R. **Cooperativismo agrário e integração econômica: a agricultura familiar no mercosul**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. 151 p.
- CORADINI, O. L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, O. L.; FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. p. 11-90.
- FERREIRA, M. L. **Estado e cooperativismo agrícola no Brasil: contribuição ao estudo da atuação governamental no desenvolvimento de uma modalidade associativista**. São Paulo: FEA/USP, 1988.
- FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983. (Coleção Teses, 11). 152 p.
- IRION, J. E. O. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997. 173 p.
- LOUREIRO, M. R. G. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1981. p. 133-155.
- MULLER, G. Cotrijuí: tentativa de criação de um conglomerado de capital nacional. In: LOUREIRO, M. R. G. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1981. p. 97-131.
- PAULINO, R. L. et al. **Aspectos organizacionais de cooperativas tradicionais e de movimentos sociais rurais: um estudo de caso**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41, Juiz de Fora: SOBER, 2003.
- PINHO, D. B. **As grandes coordenadas da memória do cooperativismo no Brasil**. v. 2. Brasília: OCB/ Coopercultura, 1991. 696 p.
- PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.
- SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978. 182 p.
- SAITO, H. **O cooperativismo e a comunidade**. São Paulo: Sociologia e Política, 1964. 205 p.
- SCHNEIDER, J. E. **Agricultural Cooperatives and Dependent Accumulation in Brazil: change or reproduction?** 1978. 220 p. Tese (PhD in Sociology -Rural). University of Wisconsin, Madison - USA, 1978.
- SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. R. G. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora. 1981. p. 11- 40.
- SERRA, E. **A COCAMAR e o cooperativismo empresarial no Paraná**. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 5, Florianópolis: ANPEGE, 2003.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986 162 p.
- SOUZA, M. M. O.; FRANCIS, D. G. O produtor familiar de leite e o processo de granelização na região do Triângulo Mineiro (MG). **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, n. 26 a 29, p. 21-38, 2002/2003.
- STÉDILE, J. P. **A política agrícola e o cooperativismo**. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 89, p. 37-44, jan./fev. 1984